**A AÇÃO ESPECIAL DE
RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE
CONTRATO DE TRABALHO**

A (nova) ação de reconhecimento do contrato de trabalho

1. Escopo, origem e entrada em vigor

A nova ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho, criada com a Lei n.º 63/2013, de 27-08, entrou em vigor a 1 de setembro de 2013 (art. 6.º).

A sua génese radica numa *Iniciativa Legislativa de Cidadãos* com o título “Lei Contra a Precariedade” (16 de Janeiro de 2012), ao abrigo do direito de petição, consagrado no artigo 52.º, e do artigo 167.º, ambos da Constituição da República Portuguesa (CRP), o qual prevê que a iniciativa da lei compete: aos deputados, aos grupos parlamentares, ao governo, e ainda, nos termos e condições estabelecidos na lei, a grupos de cidadãos eleitores.

Tem por finalidade instituir “mecanismos de combate à utilização indevida do contrato de prestação de serviços em relações de trabalho subordinado” (art. 1.º).

O que se pretende com o regime da ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho é combater a utilização indevida do contrato de prestação de serviço nas situações em que, apesar de determinada relação ser formalmente titulada pelas partes como contrato de prestação de serviço, corresponda, substancialmente, a uma situação de trabalho subordinado, à qual deveria, por isso, ser aplicado o regime laboral - sendo este o interesse público subjacente à atuação do Ministério Público nesta matéria¹.

¹ Cf. acórdãos (TC) 94/2015 e 204/15, ambos disponíveis in www.tribunalconstitucional.pt.

Neste sentido: Pedro Petrucci Freitas, *DA AÇÃO DE RECONHECIMENTO DA EXISTÊNCIA DE CONTRATO DE TRABALHO: BREVES COMENTÁRIOS*», ROA, ano 73 - Vol. IV - Out./Dez -2013, páginas 1423 e seguintes e que pode ser consultado no sítio da Ordem dos Advogados, em “Publicações”; e

No alcance e desenvolvimento de tal esforço esta lei lançou no ordenamento jurídico português duas inovações:

a. A criação de um procedimento próprio para utilização pela Autoridade das Condições de Trabalho (ACT), quando esta considere estar na presença de “falsos” contratos de prestação de serviço;

b. A instituição de um novo tipo de processo judicial com natureza urgente, denominado ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho.

A presente apresentação debruçar-se-á sobre o último ponto, com a abordagem das principais questões que se foram suscitando, designadamente na perspectiva do magistrado judicial.

2. Regime legal aplicável e traços estruturantes

2.1. Regime legal aplicável

O regime legal da nova ação de reconhecimento de contrato de trabalho encontra-se fixado não só pelo (i) Código de Processo de Trabalho como (ii) pelo Regime Processual aplicável às Contra-ordenações Laborais e de Segurança Social como (iii) pelo Código de Processo Civil.

O Código de Processo de Trabalho (CPT) é o aprovado pelo DL n.º 480/99, de 09 de Novembro, com as alterações introduzidas pela Rectificação n.º 86/2009, de 23-11; DL n.º 295/2009, de 13-10; DL n.º 38/2003, de 08-03; DL n.º 323/2001, de 17-12 e Lei n.º 63/2013, de 27-08.

O último diploma aditou os artigos 186.º-K a 186.º-R do CPT, que define o regime adjectivo aplicável.

Além deste bloco de normas, o CPT regula a nova ação de reconhecimento de contrato de trabalho, ainda, nas disposições gerais.

O Regime Processual Aplicável às Contra-ordenações Laborais e de Segurança Social (RPCOLSS), aprovado pela Lei n.º 107/2009, de 14-09,

Jorge Araújo e Gama, *A ação especial de reconhecimento de contrato de trabalho: Análise crítica da lei n.º 63/2013, de 27 de agosto. Um guia para a ação. Propostas de solução.*

definiu não só a competência e procedimento a adoptar em caso de utilização indevida do contrato de prestação de serviços, que atribuiu ao ACT (art. 2.º, n.º 3, aditado pela Lei 63/2013, de 27-08) como a competência territorial para conhecer da ação em apreço (art. 15.º-A, n.º 3).

Por último, aplicam-se, subsidiariamente, à nova ação de reconhecimento de contrato de trabalho as normas do Código de Processo Civil (CPC), como decorre do art 1.º, n.º 2, al a), do CPT.

2.2. Traços estruturantes

2.2.1 Ação declarativa de simples apreciação, de natureza urgente

A nova ação de reconhecimento do contrato de trabalho é uma ação declarativa especial, de simples apreciação e de natureza urgente; caracteres que decorrem da disciplina constante dos arts. 26.º, n.ºs 1, al. i, e n.º 6, e 48.º, n.ºs 2 e 3, do CPT.

Visa o reconhecimento da existência de um contrato de trabalho, devendo a sentença que a reconheça fixar a data do início da relação laboral, pelo que se enquadra na tipologia das ações declarativas de simples apreciação positiva² - art. 10.º, n.ºs 1, 2 e 3, al. a), do CPC.

2.2.2. Natureza oficiosa?

O legislador não consagrou, taxativamente, a natureza oficiosa desta nova ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho.

Vem, todavia, merecendo acolhimento maioritário o entendimento que defende e lhe atribui natureza oficiosa.

² O autor tem, simplesmente, em vista pôr termo a uma incerteza que o prejudica: incerteza sobre a existência de um direito (Alberto dos Reis, *Código de Processo Civil Anotado*, I, pág. 15 e RLJ Ano 80.º, pág. 231

Neste sentido, se posicionam, na doutrina, Pedro Petrucci Freitas³, Viriato Reis e Diogo Ravara⁴, Jorge Araújo e Gama⁵ e José Joaquim Oliveira Martins⁶.

Na jurisprudência, e neste mesmo sentido, já se pronunciaram os acórdãos⁷ dos tribunais da Relação de Coimbra (RC) de 13-11-2014, Processo 327/14.4TTR.C1 (Ramalho Pinto); RC de 26-09-2014, Processo 160/14.3TLRA.C1 (Ramalho Pinto); RC de 21-05-2015, Proc. 725/14.3TTCBR.C1 (Azevedo Mendes) e da Relação de Guimarães (RG) de 12-03-2015, Proc. 416/14.5T8VNF.G1 (Antero Veiga).

A linearidade de tal natureza não resulta, em nosso entender do regime legal consagrado para a ação de que vimos tratando.

Efetivamente, a oficiosidade do processo é o regime-regra nos casos de direitos indisponíveis, sendo nestes que se legitima a intervenção do Estado, sem dependência do impulso das partes.

Consubstancia-se na iniciativa e tramitação processual decorrerem como uma verdadeira tarefa estatal, independente da vontade e da actuação dos particulares: o Estado age oficiosamente, não necessitando de impulso particular, para que se desencadeie todo o processo, com vista - *in casu* - ao reconhecimento da existência de uma relação laboral e a fixação da data do seu início.

É, aliás, esta independência que, à luz do entendimento do acórdão de Relação de Coimbra de 26-09-2014, justifica que o Tribunal não esteja vinculado à data invocada pelas partes como aquela em que ocorreu o início da relação laboral, podendo, no caso de procedência da ação - art. 186.º-O, n.º 8, do CPT-, fixar uma outra, consentânea com a factualidade que haja apurado.

³ Ob. cit., pág. 1432.

⁴ Em texto por ambos elaborado, denominado de "Reforma do Processo Civil e do Processo do Trabalho, que pode ser encontrado no seguinte link: [http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Caderno IV Novo%20 Processo Civil 2e dicao.pdf](http://www.cej.mj.pt/cej/recursos/ebooks/ProcessoCivil/Caderno_IV_Novo%20Processo_Civil_2e_dicao.pdf).

⁵ Ob. cit., pág. 37.

⁶ Em texto gentilmente pelo mesmo disponibilizado e que será objecto de publicação na revista *Julgar* (publicação que ainda não ocorreu à data da presente intervenção).

⁷ Todos os acórdãos citados encontram-se publicados e são acessíveis em www.igfej.pt.

Sem embargo do elemento teleológico⁸, que subjaz ao defendido nos supra citados arestos, tal interpretação escapa aos demais elementos da interpretação do regime legal instituído pela Lei n.º 63/2013, de 27-08.

A interpretação da lei não deve cingir-se à sua letra, mas reconstituir a partir dos textos o pensamento legislativo, tendo sobretudo em conta a unidade do sistema jurídico, as circunstâncias em que a lei foi elaborada e as condições específicas do tempo em que é aplicada (n.º 1); não pode ser considerado pelo intérprete o pensamento legislativo que não tenha na letra da lei um mínimo de correspondência verbal, ainda que imperfeitamente expresso (n.º 2) e na fixação do sentido e alcance da lei, o intérprete presumirá que o legislador consagrou as soluções mais acertadas e soube exprimir o seu pensamento em termos adequados (n.º 3): é o que decorre do art. 9.º do Código Civil (CC).

No que o elemento literal importa, no âmbito do processo laboral, o legislador definiu como processos de natureza urgente e oficiosa os que elenca no art. 26.º do CPT.

Este preceito legal foi alterado pela Lei n.º 63/2013, de 27-08, na qual o legislador (i) introduziu ao n.º 1 uma alínea i) e (ii) um n.º 6 ao artigo: naquela elencou como processo de natureza urgente, a ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho e neste consagrou que na ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho a instância inicia-se com o recebimento da participação.

Intocados ficaram, por conseguinte, os n.ºs 2 a 5 do preceito, a saber - e para a questão ora em análise - o n.º 3 nos termos do qual "as ações a que refere a alínea e) do n.º 1 (*emergentes de acidente de trabalho e doença profissional*) correm oficiosamente" (ressalva nossa).

De onde se conclui que o sentido literal da interpretação afasta a natureza oficiosa da ação: o legislador não quis expressamente consagrar a sua natureza oficiosa.

Não se desconhece, no entanto, que a apreensão literal do texto, ponto de partida de toda a interpretação, é já interpretação, embora incompleta, pois será sempre necessária uma «tarefa de interligação e

⁸ O elemento racional ou teleológico da interpretação consiste na razão de ser da norma (*ratio legis*), no fim visado pelo legislador ao editar a norma, nas soluções que tem em vista e que pretende realizar.

valoração, que excede o domínio literal»⁹, devendo levar-se em consideração, ainda, os elementos histórico e sistemático.

O elemento histórico - designadamente a história do preceito e os trabalhos preparatórios - nada adiantam a este ponto.

Já o elemento sistemático - que compreende a consideração de outras disposições que formam o complexo normativo do instituto em que se integra a norma interpretada, isto é, que regulam a mesma matéria (contexto da lei), a consideração de disposições legais que regulam problemas normativos paralelos ou institutos afins (lugares paralelos), bem como o lugar sistemático que compete à norma interpretada no ordenamento global, e ainda a sua consonância com o espírito ou unidade intrínseca de todo o ordenamento jurídico - aponta, tal como o literal, no sentido de que o processo não corre sem o impulso processual das partes, mesmo no caso em que a instância já se iniciou, nos termos definidos pelo n.º 6 do art. 26.º do CPT.

Com efeito, se a instância se inicia com o recebimento da participação, já quanto ao início do processo, e com tal epígrafe, o art. 186.º-K do CPT determina que «o Ministério Público dispõe de 20 dias para intentar ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho».

Trata-se, conforme consignado no entendimento do nosso Supremo Tribunal de Justiça (STJ)¹⁰ um prazo que determina o período de tempo dentro do qual o Ministério Público (MP) pode exercer o direito concreto de ação, isto é, de um prazo para a propositura da ação especial aí discriminada, findo o qual ocorre a extinção da instância.

A afastar a natureza oficiosa da ação.

3. Pressupostos processuais

3.1 O tribunal competente

⁹ José Oliveira Ascensão, *O Direito - Introdução e Teoria Geral*, 11.ª edição (revista), Almedina, 2001, pág. 392.

¹⁰ Acs. STJ de 06-05-2015, Pinto Hespanhol (relator), Proc. 327/14.4TTLRA.C1.S1; de 14-05-2015, Melo Lima (relator), Processo 363/14.0TTLRA.C1.S1; 26-05-2015, Leones Dantas (relator), Processo 325/14.0TTLRA.C1.S1.

O Tribunal do Trabalho territorialmente competente para apreciar a ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho é o da "área de residência do trabalhador", para cujos serviços do M.P. deve ser remetida a respetiva participação, à qual devem ser juntos todos os elementos de prova obtidos pela ACT (*verbi gratia*, cópia de contratos celebrados, recibos de prestação de serviços, mapas de horários a cumprir pelo "prestador de serviços", etc.).

Competência esta que decorre do art. 15.º-A, n.º 3, da Lei n.º 107/2009, de 14-09, norma especial, que afasta o regime da competência territorial a que alude a seção II do capítulo II, título II, do CPT.

Com a entrada em vigor da Lei n.º 62/2013, de 26-08 (LOSJ), tal norma deve ser interpretada por referência aos serviços do Ministério Público junto da instância central - seção do trabalho - "da área da residência do trabalhador".

3.2 Os sujeitos processuais

Nas acções de simples apreciação tem legitimidade como autor o titular do direito negado ou o titular do direito ou do dever a que o facto contestado ou propalado directamente interessa.

O réu deve, por sua vez, para ter legitimidade, ser o sujeito do dever jurídico correspondente ao direito negado ao autor, ou o titular do direito afirmado contra este; no caso da ação se destinar a obter a declaração da existência ou inexistência de um facto o réu deve ser a pessoa directamente interessada na versão oposta à do autor¹¹.

A lei prevê, que possam intervir nos autos (sujeitos processuais) (i) o Ministério Público, na veste de autor, (ii) o empregador, como réu, e (iii) o trabalhador.

3.2.1 O Ministério Público

O Ministério Público age no exercício de uma competência própria, definida pela lei (art. 186.º-K, do CPT), e é parte legítima (art. 30.º, n.º 3 do CPC¹²).

¹¹ Antunes Varela, *Manual de Processo Civil*, Coimbra Editora, 2.ª edição, pág. 158.

¹² Artigo 30.º (art.º 26.º CPC 1961)

Age, além do mais, enquanto órgão constitucional de administração da justiça, dotado de autonomia e independência, garantida pela Lei - art. 219.º, n.º 2, da Constituição da República Portuguesa (CRP) e Lei n.º 47/86, de 15-10¹³, que define o respectivo Estatuto.

Tal competência e autonomia próprias foram apreciadas e verificadas na jurisprudência do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça, bem como das Relações.

Na jurisprudência do Tribunal Constitucional pronunciaram-se os acórdãos (TC) n.º 94/2015 (João Cura Mariano), P. 822/14 (com rectificação ordenada no ac. 116/2015), de 11-02; n.º 204/2015 (João Cura Mariano), P. 1054/14, de 25-03-2015; n.º 219/2015 (Ana Guerra Martins), P. 1104/14, de 08-04-2015 e n.º 228/2015, (Maria de Fátima Mata Mouros), P. 10/15, de 28-04-2015¹⁴.

Todos com decisão de não julgar inconstitucionais as normas dos arts. 26.º, n.º 1. al. i), e n.º 6 e arts. 186.º-K a 186.º-R do CPT. Apreciada a autonomia do Ministério Público - art. 219.º, n.º 2, da CRP - o TC firmou jurisprudência no sentido de que "(...) o Ministério Público pode, em face da análise que faça da participação da ACT, entender que a mesma não contém os elementos necessários que permitam a instauração da ação judicial. Essa liberdade de apreciação decorre necessariamente da autonomia do Ministério Público, constitucionalmente garantida. A ocorrer tal situação, o Procurador da República deverá, a nosso ver, proferir um despacho a fundamentar o seu entendimento quanto à falta de viabilidade da ação, e promover o arquivamento do processo"¹⁵.

Conceito de legitimidade

1 - O autor é parte legítima quando tem interesse direto em demandar; o réu é parte legítima quando tem interesse direto em contradizer.

2 - O interesse em demandar exprime-se pela utilidade derivada da procedência da ação e o interesse em contradizer pelo prejuízo que dessa procedência advenha.

3 - Na falta de indicação da lei em contrário, são considerados titulares do interesse relevante para o efeito da legitimidade os sujeitos da relação controvertida, tal como é configurada pelo autor.

¹³ Alterada pelas Leis n.º 2/90, de 20-01, 23/92, de 20-08, 10/94, de 5-05, 33-A/96, de 26-08, 60/98, de 27-08, 42/2005, de 29-08, 67/2007, de 31-12, 52/2008, de 28-08, 37/2009, de 20-07, 55-A/2010, de 31-12 e 9/2011, de 12-04.

¹⁴ Disponíveis in www.tribunalconstitucional.pt.

¹⁵ Cf. acórdãos (TC) 94/2015 e 204/15.

Igual entendimento adotou o Supremo Tribunal de Justiça nos acs. STJ de 06-05-2015; de 14-05-2015; e de 26-05-2015¹⁶.

Aí se fez constar que a intervenção do Ministério Público «desenvolve-se no quadro da autonomia do Ministério Público, constitucionalmente garantida (artigo 219.º, n.º 2, da Constituição) e reafirmada no respetivo Estatuto, que estabelece, no artigo 2.º, que o Ministério Público «goza de autonomia em relação aos demais órgãos do poder central, regional e local» (n.º 1) e caracteriza a mencionada autonomia pela sua vinculação a critérios de legalidade e objetividade e pela exclusiva sujeição dos magistrados do Ministério Público às diretivas, ordens e instruções previstas na lei (n.º 2)».

Na jurisprudência das Relações, e na mesma linha de entendimento, os acórdãos da RL de 08-10-2014, Proc. 1330/14.0TTLSB.L1-4 (José Eduardo Sapateiro) e de 25-03-2015, Proc. 1343/14.1TTLSB.L1-4 (Jerónimo de Freitas); da RP de 17-12-2014, Proc. 309/14.6TTGDM.P1 (António José Ramos) e Proc. 1083/14.1TTPNF.P1 (Eduardo Petersen), de 13-04-2015, Proc. 299/14.5T8PNF.P1 (Paula Leal de Carvalho) e 11-05-2015, Proc. 175/14.1T8PNF.P1 (Paula Leal de Carvalho).

3.2.2 O “empregador”

O réu é aquele que, tal como foi configurada a ação pelo Ministério Público, assume a posição de empregador - arts. 186.º-L, n.º 2, do CPT e 30.º do CPC.

3.2.3 O “trabalhador”: parte principal ou acessória?

A lei previu a intervenção do trabalhador no art. 186.º-L, n.º 4, do CPT, preceito no qual dispõe que o trabalhador é notificado da data de audiência de julgamento com a advertência de que pode aderir ao articulado do Ministério Público ou apresentar de articulado autónomo e constituir advogado.

¹⁶ Já supra referenciados.

Se no que concerne à posição processual do Ministério Público e do empregador o legislador os colocou como partes principais, já no que ao trabalhador respeita a posição que este ocupa, por dubiamente definida, vem dando lugar a distintos entendimentos que o colocam ora como parte principal, ora como parte acessória, ora como um *tertium genus*.

Viriato Reis e Diogo Ravara¹⁷ defendem “que o trabalhador terá a posição processual de assistente (arts. 326.º e segs. do CPC2013)”.

Esta tese tem como base estruturante o entendimento de que na ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho estão subjacentes interesses de ordem pública.

Em sentido distinto, sustenta outra parte da doutrina que a posição do trabalhador na ação especial de reconhecimento da existência de contrato de trabalho corresponde a um “*tertium genus*”, dependente da forma de intervenção por si gizada.

Assim, caso o trabalhador não intervenha na ação, entende-se que não pode ser tido como parte principal ou sequer assistente.

Já se o “trabalhador” vier aderir aos factos apresentados pelo Ministério Público ou apresentar articulado próprio, entende-se que deverá ser considerado parte principal.

Esta tese é sustentada, também, por Jorge Gama e Joaquim Martins¹⁸.

Na jurisprudência os tribunais da Relação defendem que o trabalhador assume a qualidade de assistente os acórdãos: da RL de 08-10-2014, da RP de 17-12-2014, de 13-04-2015 e de 11-05-2015, estes já citados, e da RG de 12-03-2015, 569/14.2TTGMR.G1 (Manuela Fialho).

A Lei, também aqui, não foi clara, já que, ao contrário do que resulta do que se acabou de deixar escrito e como mais adiante abordaremos, ao invés do que sucede em matéria de direitos indisponíveis, (i) concedeu efeito semipleno (revelia operante) à falta de contestação e (ii) prevê uma conciliação em audiência de partes - arts. 186.º-M e 186.º-O, do CPT.

¹⁷ No texto já citado, supra.

¹⁸ Obras citadas, págs. 52 e 15-16, respectivamente.

Em nosso entender, a posição do trabalhador não se encontra, todavia, dependente do seu modo de intervenção, ou sequer de um incidente de intervenção, no sentido clássico, conforme regulado nos arts. 311.º e segs. do CPC.

Partes - figura, essencialmente, processual, embora com fundas raízes substantivas - são as pessoas pela(s) qual(ais) ou contra a(s) qual(is) é requerida, através da ação, a providência judiciária.

Sobre elas, sejam ou não os sujeitos da relação material litigada, recairá o encargo de pagamento das custas; a elas se cinge, em princípio, a eficácia da sentença proferida na ação e é ainda em relação a elas que se há-de determinar quem pode ou não depor como parte ou como testemunha¹⁹.

O que caracteriza a posição dos assistentes, enquanto partes acessórias, é que, pese embora gozem dos mesmos direitos e estejam sujeitos aos mesmos deveres que a parte assistida, a sua atividade está subordinada à da parte principal, não podendo praticar atos que esta tenha perdido o direito de praticar, nem assumir atitude que esteja em oposição com a do assistido; havendo divergência insanável entre a parte principal e o assistente, prevalece a vontade daquela - art. 328.º do CPC (art. 337.º CPC 1961).

Em decorrência deste regime: (i) não poderá o mesmo sustentar posição conflituante com a defendida pelo MP; (ii) está limitado no número de testemunhas que pode apresentar e (iii) o efeito de caso julgado da ação apenas o vincula se intervier no processo - arts. 327.º, n.º 1, 328.º, n.º 1 e 2, e 332.º, do CPC.

Na ação que vimos tratando, ao invés, o trabalhador pode intervir, ou não, e, intervindo, pode fazê-lo de forma totalmente autónoma à do Ministério Público: o regime legal da ação de reconhecimento da existência de contrato de trabalho permite a intervenção do trabalhador, enquanto titular de interesses protegidos e com ela prosseguidos, mas também subsiste sem a sua intervenção, atribuindo a prossecução de tais interesses ao Ministério Público.

¹⁹ Antunes Varela, ob. ci., pág. 107.

Como aliás salientou a jurisprudência do Tribunal Constitucional no já referenciado acórdão (TC) n.º 94/2015: «Nestas situações, o referido regime contém suficientes garantias de esta vontade do trabalhador poder ser expressa nos autos e levada em conta, de modo a que tal situação não seja tratada como sendo um caso de trabalho subordinado.

Com efeito, o artigo 186.º-L, n.º 4, do Código de Processo de Trabalho, determina que, simultaneamente com a notificação da data da audiência de julgamento, sejam remetidos ao trabalhador o duplicado da petição inicial e da contestação, simultaneamente «com a expressa advertência de que pode, no prazo de 10 dias, aderir aos factos apresentados pelo Ministério Público, apresentar articulado próprio e constituir mandatário» e o artigo 186.º-O, também do Código de Processo de Trabalho prevê, no seu n.º 1, que «[s]e o empregador e o trabalhador estiverem presentes ou representados, o juiz realiza a audiência de partes, procurando conciliá-los».

Independentemente das eventuais deficiências técnicas deste regime, (...), a verdade é que o mesmo garante a intervenção nos autos, quer do trabalhador, quer da entidade empregadora, sendo facultada ao trabalhador, a oportunidade processual de tomar posição quanto às circunstâncias concretas em que desenvolve a sua atividade, podendo, além do mais, invocar que se pretendeu vincular num regime que não o do contrato de trabalho (designadamente, por não querer estar sujeito a nenhuma relação de subordinação jurídica ou por estar vinculado a uma relação jurídica de um específico tipo contratual que não lhe permite ter outra relação jurídica de natureza laboral)» (sublinhado nosso).

Intervindo na ação, o trabalhador tem, por conseguinte, de ser tido como parte principal.

Posição que tem consequências também quanto ao número de testemunhas, não ficando, por conseguinte, limitado a outro que não o que decorre do art. 186.º-N, n.º 3, do CPT, independentemente daquele que já haja sido apresentado Ministério Público²⁰.

E ainda quanto ao efeito do caso julgado, a que mais adiante nos referiremos.

²⁰ Posição aliás que será a única consentânea com a possibilidade de o trabalho defender posição distinta do Ministério Público e mais consentânea como espírito do regime processual em análise.

3.3 O patrocínio judiciário

É obrigatório quer para o empregador, quer para o trabalhador, este quando apresente articulado próprio - art. 40.º, n.º 1, al. b), do CPC e 186.º-P do CPT.

3.4 O interesse em agir: o interesse público

O interesse em agir não teve, na doutrina dominante, reconhecimento consensual no elenco dos pressupostos processuais.

Manuel Andrade pronunciou-se no sentido de se tratar não de um simples pressuposto processual, mas de uma condição da ação, pois a falta do interesse processual significa não ter o demandante razão para solicitar e conseguir a tutela judicial pretendida²¹.

Castro Mendes nega que a utilidade da ação e o interesse em agir sejam pressupostos processuais (e, muito menos, condições da ação), sendo que a sua eficácia restringir-se-ia ao campo limitado das custas judiciais²².

Miguel Teixeira de Sousa considera o interesse em agir uma realidade que não se destaca da figura da legitimidade²³.

Anselmo de Castro critica a posição de Castro Mendes e defende a tese de que o interesse em agir é um pressuposto processual autónomo²⁴.

Antunes Varela destaca a diferença entre legitimidade e interesse em agir e integrou, sem hesitações, o interesse em agir entre os pressupostos processuais referentes às partes²⁵.

²¹ Noções Elementares de Processo Civil, 1979, pág. 82.

²² Direito Processual Civil, vol. II, 1974, pág. 195.

²³ A legitimidade singular em processo declarativo, separata BMJ, 1979, pág. 41 e s. e anotação Ac. STJ de 15.06.1978, Revista de Direito e Estudos Sociais, Ano XXV, 1 e 2, pág. 146.

²⁴ Direito Processual Civil Declaratório, vol. I, 1981, pág. 121.

²⁵ Manual de Processo Civil, 1985, pág. 181.

A jurisprudência hodierna admite, de forma pacífica, que o interesse processual integra o elenco dos pressupostos processuais, cuja falta ocorre quando a pretensão, em concreto formulada pelas partes, não assume uma verdadeira dignidade jurisdicional, seja por falta de um direito subjectivo ou interesse legítimo a salvaguardar, ou quando estes possam ser salvaguardados por uma intervenção não judiciária.

A falta de interesse em agir configura uma excepção dilatória inominada, conducente à absolvição da instância [arts. 278.º, n.º 1 al. e); 576.º, n.º 1, e n.º 2; 578.º, todos do CPC]²⁶.

De conhecimento officioso²⁷.

Quanto ao pressuposto do interesse em agir, a mesma já mereceu tratamento na jurisprudência dos tribunais superiores, designadamente, nos acórdãos da RL de 10-09-2014²⁸; de 08-10-2014 e de 25-03-2015, estes já citados.

Neles se sustenta que o regime dos preceitos que prevêm a presente ação especial, de simples apreciação positiva, ressalta o interesse público.

Tal é, aliás, o que resulta da razão de ser da respetiva Lei a apontar o sentido de que *«O objetivo indicado no art.º 1.º desta Lei, ou seja, a instituição dos referidos mecanismos, corresponde a uma intervenção marcadamente política de resposta a um grave problema social, e, quanto a nós, a um culminar de anteriores alterações legislativas (...) com o propósito de se atingir um nível de "decent work"(...), – tal como propugnado por instâncias internacionais–, e de se eliminar o fenómeno da precariedade laboral.*

A utilização indevida da figura do contrato de prestação de serviços, em relação de trabalho subordinado, não é um fenómeno novo, e conduz, inclusivamente, à concorrência desleal entre empresas. Conforme

²⁶ Neste sentido, cf. Ac. R.L. de 8/10/1983, CJ, 1982, tomo IV, pp. 121; Ac. STJ de 3/05/1985, CJSTJ, 1985, tomo II, pp. 61 e Ac. R.L. de 13/03/1986, CJ, 1986.º, t. II, pp. 102.

²⁷ Cf. Professor Lebre de Freitas, *Introdução ao Processo Civil*, pág. 27, nota 17.

²⁸ O Ac. da RL de 10-09-2014, Proc. n.º 1344/14.0, Isabel Tapadinhas (relatora).

Importa mencionar que, com fundamentação antagónica se pronunciou o acórdão da Relação de Lisboa de 24-09-2014 (também disponível em www.itij.pt), o qual, no entanto, trata de questão distinta, que é a da posição do trabalhador que, intervindo nos autos, desiste do pedido neles formulado.

se refere no relatório elaborado pelo Grupo de Ação Interdepartamental da Organização Internacional do Trabalho: " (...) para a empresa empregadora, a possibilidade de subcontratar tarefas ao trabalhador por conta própria "dependente" constitui uma oportunidade de poupar custos e de - no fundo - partilhar o risco empresarial. A empresa empregadora não se vê obrigada a pagar contribuições para a segurança social, seguros ou direitos relativos a férias e dias feriadados; as transações relacionadas com a gestão de recursos humanos estão reduzidas ao mínimo e não há lugar a procedimentos e pagamentos com o fim da relação negocial entre as partes (...)»²⁹.

A estes - concorrência desleal, *decent work*, sustentabilidade da Segurança Social - interesses se ligam, conexamente, direitos do trabalhador que não se esgotam no desenvolvimento da atividade a que se obrigou e no recebimento da correspondente retribuição, como, exemplificativamente, os da formação profissional, direitos de natureza previdencial ligados à protecção da parentalidade e protecção na doença e acidentes de trabalho.

Interesses que se ligam umbilicalmente - dela, aliás, emergindo - à relação jurídico-laboral que lhes subjaz.

Permitimo-nos assim concluir que o interesse público prosseguido pela Lei n.º 63/2013, de 27-08, é um interesse (público) de natureza complexa, nele se alcançando algo mais do que a simples decomposição dos direitos e obrigações em que se projectam os deveres do trabalhador e empregador, previstos, *grosso modo*, nos arts. 127.º e 128.º do CT, mas no qual se inclui o interesse do trabalhador em ver definida a qualificação jurídica do contrato que desenvolve com o empregador.

4. O iter processual

4.1 A fase inicial

²⁹ Pedro Petrucci de Freitas, ob. cit..

Recebida a participação, o Ministério Público dispõe do prazo de 20 dias para intentar a ação, apresentando a petição inicial e juntando os elementos de prova - art. 186.º-K, n.º 1.

O processo não compreende, por, não estar elencado nos casos previstos no art. 226.º, n.º 4, do CPC, a prolação de despacho judicial - liminar - de remessa ao MP.

O prazo de propositura da ação é, como foi definido pela jurisprudência do STJ³⁰, um prazo processual: «O prazo questionado pressupõe que já existe um determinado processo e visa marcar o período de tempo dentro do qual o Ministério Público há-de praticar um determinado ato processual: a apresentação da petição inicial. Assim, atenta a caracterização legal enunciada, o prazo aludido no n.º 1 do artigo 186.º-K do Código de Processo do Trabalho trata-se de um prazo perentório, cujo decurso extingue o direito do Ministério Público de apresentar a petição inicial. (...) Recebida a sobredita participação, o Ministério Público dispõe de todas as informações necessárias para avaliar da existência de indícios de uma situação de prestação de atividade aparentemente autónoma em condições análogas ao contrato de trabalho e para apresentar a correspondente petição inicial em juízo, desde que entenda haver elementos suficientes para o efeito».

Tendo-se a instância iniciado com a participação, a falta de apresentação da petição inicial constituiu exceção dilatória inominada, conducente à absolvição do réu da instância³¹.

4.2 A fase dos articulados

Sendo apresentada petição inicial, o empregador é citado para contestar em 10 dias - art. 186.º-L, n.º 2, do CPC - independentemente, e em regra, de despacho judicial.

³⁰ Os acs. STJ de 06-0-2015 (Pinto Hespagnol), 14-05-2015 (Melo Lima) e 26-05-2015 (Leones Dantas), já supra melhor mencionados.

³¹ Ac. (TC) 94/2015 e Viriato Reis e Diogo Ravara, ob. cit..

As diligências atinentes à citação obedecem à regra da oficiosidade - art. 226.º, n.º 1, do CPC - só dependendo de despacho prévio nos casos especialmente previstos na lei - art. 226.º, n.º 4, do CPC³².

Regime aplicável por força do art. 1.º, n.º 2, al. a), do CPT.

Se o empregador não contestar, é sustentável o entendimento de que seria melhor, de *lege ferenda*, citar sempre o "trabalhador" antes de qualquer decisão judicial, até pelo interesse que este pode ter em defender não se tratar de um contrato de trabalho (o que não é uma possibilidade meramente teórica, bastando pensar, por exemplo, na hipótese de o "trabalhador" não poder celebrar contratos de trabalho por ter celebrado um contrato - de trabalho para um terceiro ou de outra natureza - em que se acordou essa proibição ou por receber uma prestação social que impeça que, concomitantemente, exerça essas funções), evitando que, à sua revelia, se decida pela laboralidade do contrato (não se vendo, aliás, como poderia depois o "trabalhador" reagir judicialmente para afastar essa decisão, que nunca o vinculará se não tiver sido citado)³³.

Em sentido diverso, dir-se-á que nas acções especiais o *iter processual* é o que vem definido pelo legislador, que, *in casu*, não prevê tal intervenção.

Por outro lado, o pacto de exclusividade não anula o contrato de trabalho celebrado em sua violação, mas é causa de incumprimento da cláusula de exclusividade no contrato em que a mesma haja sido aposta.

Por último, também não aponta nesse sentido o alcance do caso julgado, pelas razões que adiante se explanarão.

³² A citação depende de prévio despacho judicial:

- a) Nos casos especialmente previstos na lei;
- b) Nos procedimentos cautelares e em todos os casos em que incumba ao juiz decidir da prévia audiência do requerido;
- c) Nos casos em que a propositura da acção deva ser anunciada, nos termos da lei;
- d) Quando se trate de citar terceiros chamados a intervir em causa pendente;
- e) No processo executivo, nos termos dos n.os 6 e 7 do artigo 726.º;
- f) Quando se trate de citação urgente.

³³ Joaquim Martins, *ob. cit.*, pág. 14, nota 26.

4.2.1 A falta de contestação: efeito cominatório (semi)pleno

Em caso de falta de contestação, o juiz profere, no prazo de 10 dias, decisão condenatória, a não ser que ocorram, de forma evidente, exceções dilatórias ou que o pedido seja manifestamente improcedente - art. 186.º-M do CPT.

A tese mais aplicada é a de que a falta de contestação tem efeito cominatório pleno, proferindo o julgador, em 10 dias, "decisão condenatória"³⁴.

Pese embora a natureza pública, complexa, dos interesses em causa, e a utilização da expressão, pelo legislador, de que é proferida "decisão condenatória", somos de opinião de que se consagrou, inequivocamente, uma *revelia operante*, entendida como aquela em que a falta de contestação conduz à confissão dos factos articulados pelo autor (MP).

No entanto, considerarem-se os factos, alegados pelo autor, como confessados, não determina que o desfecho da lide seja, necessariamente, aquele que o demandante pretende, na medida em que o juiz deve, depois, julgar a causa aplicando o direito aos factos admitidos (efeito cominatório semipleno).

Efetivamente, o efeito cominatório pleno - que vigorou até à revisão do CPC de 95/96 nos processos sumário e sumaríssimo -, circunscreve-se, hoje, a algumas disposições dispersas e excepcionais conduzindo à imediata condenação do réu, mesmo nos casos de inconcludência da petição inicial.

Já no efeito cominatório semipleno, apesar dos factos, alegados pelo autor, se considerarem admitidos, o juiz fica liberto para julgar a ação materialmente procedente, mas também para (i) abster-se do conhecimento do mérito, quando se verifique uma falta insanável de pressupostos processuais (ii) julgá-la apenas parcialmente procedente, seja por parte da pretensão ser infundada ou por reduzir os montantes indemnizatórios peticionados (art. 566.º, n.º 2, do CC), ou mesmo (iii) julgá-la integralmente improcedente³⁵.

³⁴ Joaquim Oliveira Martins, *Revista Julgar*.

³⁵ Ver Lebre Freitas, 2.º, pág. 268.

O legislador consagrou a condenação no pedido, "com exceção da possibilidade de ocorrerem, *de forma evidente*, exceções dilatórias ou o pedido ser manifestamente improcedente" - art. 186.º-M do CPT.

Ou seja, impõe sempre uma decisão de mérito (efeito cominatório semipleno).

Existindo contestação, e se a ação tiver de prosseguir, pode o juiz julgar logo procedente alguma exceção dilatória ou nulidade que lhe cumpra conhecer ou decidir do mérito da causa.

Se não houver essa decisão final do processo, o juiz marca, sem qualquer conciliação de agendas prévia (art. 186.º-N, n.º 2 do CPT), data para a realização da audiência de discussão e julgamento, no prazo de 30 dias, determinando a remessa ao "trabalhador" do duplicado da petição inicial e da contestação, "com a expressa advertência de que pode, no prazo de 10 dias, aderir aos factos apresentados pelo Ministério Público, apresentar articulado próprio e constituir mandatário" - Art. 186º-L, n.º 4, do CPT.

O processo não compreende, assim, a possibilidade de apresentação de outros articulados ou de reconvenção³⁶.

4.3 A fase da audiência de partes e do julgamento

As partes são notificadas para o dia designado para julgamento.

Relativamente ao trabalhador, a notificação prevista na lei deverá obedecer às regras da citação.

A audiência de julgamento realiza-se dentro de 30 dias, não sendo aplicável o disposto nos n.ºs 1 a 3 do art. 151.º do CPC, aprovado pela Lei n.º 41/2013, de 26-06, e as provas são oferecidas na audiência, podendo cada parte apresentar até três testemunhas - art. 186.º-N do CPT.

³⁶ Neste sentido, o teor do art. 186.º-O, n.º 8, do CPT: " a sentença que reconheça a existência de um contrato de trabalho fixa a data do início da relação laboral".

O julgamento inicia-se com uma tentativa de conciliação, que se designa de audiência de partes - art. 186.º-O, n.º 1, do CPT.

A conciliação apenas poderá consistir no reconhecimento (por confissão do pedido ou por transação) da existência de um contrato de trabalho.

Trata-se de um «acordo de "estrita legalidade", à semelhança do que sucede no processo emergente de acidente de trabalho, não podendo relevar a eventual manifestação de vontade das partes contrária aos indícios de subordinação jurídica e, por isso, à verificação da presunção de laboralidade que motivaram a participação dos factos feita ao Ministério Público pela ACT e integram a causa de pedir invocada na petição inicial da ação» - Ac. RL de 08-10-2014³⁷.

Com efeito, a natureza disponível/indisponível do direito não está afastada pela tentativa de conciliação.

Direito indisponível é aquele relativamente ao qual o seu titular não poder privar-se dele por simples acto de sua vontade- Rodrigues Bastos³⁸.

As normas que estabelecem direitos indisponíveis são normas de imperatividade mínima - Ac. Rel. Porto de 22-11-2004 (Ferreira da Costa) e ac. STJ de 25-09-1995, nele citado, CJSTJ, ano IV, 1996, tomo II, págs. 225-227.

Por conseguinte, o trabalhador não pode desistir do pedido ou transacionar em sentido diverso dos factos indiciários que constem dos autos, não ficando afastada a transação que com eles seja consentânea ou mesmo os exceda³⁹.

³⁷ Em igual sentido os acs. RP de 17-12-2014 e de 13-04-2015; da RL de 25-03-2015 e ambos os referenciados acórdãos da RG, de 12-03-2015.

Em sentido divergente os acórdãos da RL de 24-09-2014, Proc. 1050/14.5TTLSB.L1-4 (Maria João Romba) e Proc. 4628/13.0TTLSB.L1-4 (Sérgio Almeida), aquele em caso de desistência do pedido e este num caso de transação.

³⁸ Ob. cit..

³⁹ Neste sentido, cf. os acs. RC de 21-05-2015. Proc. 725/14.3TTCBR.C1; RP de 17-12-2012, Proc. 309/14.6TTGDM.P1 e Proc. 1083/14.1TTPNF.P1.12-03-2015; da RG de 12-03-2015 (Manuela Fialho).

Em sentido divergente o já citado acórdão da RL de 24-09-2014 (Sérgio Almeida).

Frustrando-se a conciliação, inicia-se imediatamente o juízo, e se o trabalhador apresentar articulado próprio em que invoque um facto impeditivo ou extintivo, poderá ser concedido ao empregador o exercício do direito do contraditório, no início da audiência de julgamento⁴⁰ - art. 3.º, n.º 4, do CPT.

Após, produzem-se as provas que ao caso couberem, não sendo motivo de adiamento a falta, ainda que justificada, de qualquer das partes ou dos seus mandatários, caso em que a inquirição das testemunhas é efetuada pelo juiz - art. 186.º-O, n.ºs 2 a 4, do CPT.

A audiência de julgamento é gravada - art. 155.º do CPC e 1.º, n.º 2, al a) do CPT.

Se ao juiz parecer indispensável, para boa decisão da causa, que se proceda a alguma diligência, suspende a audiência na altura que reputar mais conveniente e marca logo dia para a sua continuação, devendo o julgamento concluir-se dentro de 30 dias.

Finda a produção de prova, pode cada um dos mandatários fazer uma breve alegação oral.

4.4 A decisão

A sentença, sucintamente fundamentada, é logo ditada para a ata.

A sentença que reconheça a existência de um contrato de trabalho fixa a data do início da relação laboral - art. 186.º-O, n.º 8, do CPT.

Na fixação de tal data não está o julgador adstrito ao que haja sido alegado pelas partes, podendo fixar uma outra, que resulte dos factos provados⁴¹.

Deve ainda o julgador fixar o valor da causa, o qual, por se tratar de interesses imateriais, será € 30 000,01 - art. 303.º, n.º 1, do CPC, 44.º, n.º 1, da LOSJ e 186.º, n.º 2, do CPT.

⁴⁰ Assim, Pedro Petrucci de Freitas, ob. cit., pág. 1442.

⁴¹ Cf. ac. RC 13-11-2014 (Ramalho Pinto), já supra referenciado.

A decisão proferida pelo tribunal é comunicada à ACT e ao Instituto da Segurança Social, I.P. - art. 186.º-O, n.º 9, do CPT.

4.5 O recurso

Da sentença cabe recurso para a Relação, mas com efeito meramente devolutivo.

5. Os efeitos e extensão da sentença: o caso julgado e os prazos de prescrição e caducidade

5.1 O caso julgado

É pacífico o entendimento de que a força do caso julgado abrange o trabalhador quando for parte principal ou acessória e haja intervindo na ação.

Controvertido é saber se se considera abrangido nos casos em que não intervenha.

O caso julgado verifica-se se se repete uma causa com os mesmos sujeitos, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido - arts. 580.º e 581.º do CPC.

Tem como limites os que decorrem dos próprios termos da decisão, pois, como estatui o art. 621.º do CPC, «a sentença constitui caso julgado nos precisos limites e termos em que julga».

O instituto do caso julgado exerce duas funções, uma positiva e outra negativa⁴²:

- A função negativa do caso julgado é exercida através da exceção dilatória do caso julgado (*exceptio rei judicatae*), a qual tem por fim evitar a repetição de causas, implicando uma triplíce identidade: repete uma causa com os mesmos sujeitos, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido - arts. 580.º e 581.º do CPC.

- A autoridade do caso julgado, por via da qual é exercida a função positiva do caso julgado.

No entanto, na sua vertente positiva, "não é a decisão, enquanto conclusão do silogismo judiciário, que adquire o valor de caso julgado, mas o próprio silogismo considerado no seu todo: o caso julgado incide sobre a decisão como conclusão de certos fundamentos e atinge estes fundamentos enquanto pressupostos daquela decisão".

Esta pode funcionar independentemente da verificação da predita triplíce identidade, pressupondo, todavia, a decisão de determinada questão que não pode voltar a ser discutida: a sua força material abrange, para além das questões directamente decididas na parte dispositiva da sentença, as que sejam antecedente lógico necessário da predita parte do julgado - Acs. STJ de 23-11-2011, Proc. 644/08.2TBVFR.P1.S1 (Pereira da Silva), de 21-03-2013, Proc. 3210/07.6TCLRS.L1.S1 (Álvaro Rodrigues) e Miguel Teixeira de Sousa ("Estudos sobre o Novo Processo Civil, p. 579), citado no último dos referidos acórdãos do STJ.

Por outro lado, a identidade de sujeitos define-se sob o ponto de vista da sua *qualidade jurídica* (quando são portadoras do mesmo interesse substancial) - ac. STJ de 21-03-2013, Proc. 637/1999.L1.S1 (Granja da Fonseca) - e não interesse directo, que define a legitimidade (art. 30.º do CPC).

A apontar, diríamos, no sentido de que a decisão que reconheça que entre um determinado empregador e um determinado trabalhador existiu um contrato de trabalho se lhes impõe, com força de caso julgado.

⁴² Prof. Lebre de Freitas ("Código de Processo Civil Anotado", vol. 2º, 2ª ed., p. 354) e Prof. Miguel Teixeira de Sousa ("O Objecto da Sentença e o Caso Julgado Material, BMJ 325, p. 49 e ss").

A este entendimento juntar-se-á um outro argumento, que decorre dos efeitos da sentença (art. 186.º-R do CPT), cujo trânsito em julgado faz iniciar o prazo 60 dias que o trabalhador dispõe para intentar a ação de impugnação do despedimento (art. 387.º, 2, do CPT).

Nos termos do primeiro dos aludidos preceitos, "*os prazos previstos no n.º 1 do artigo 337.º e no n.º 2 do artigo 387.º do Código do Trabalho, aprovado pela Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro, contam-se a partir da decisão final transitada em julgado*".

O legislador não distinguiu aqui os despedimentos assumidos formalmente enquanto tal e aqueles que, sendo-o, assumem a forma de despedimento verbal; a invocação do abandono do trabalho quando não estão verificados os respectivos pressupostos; os casos em que o trabalhador entenda existir um contrato de trabalho que o empregador entende tratar como contrato de prestação de serviços e os casos em que o trabalhador entenda que não há motivo justificativo para o contrato a termo, relativamente ao qual o empregador acabou de invocar a respetiva caducidade.

A ação de impugnação judicial de regularidade e licitude do despedimento (AIJRLD) só se aplica aos *despedimentos propriamente ditos (ou em sentido próprio)*, dele ficando excluídos os casos em que haja divergência sobre a qualificação do contrato entre as partes ou quando à própria ocorrência de despedimento - ac. Rel. Coimbra de 29-03-2012 (Felizardo Paiva); Joana Vasconcelos, "Reintegração e retribuições Intercalares...", *Para Jorge Leite, Escritos Jurídico-Laborais, I*, Coimbra Editora (2014), pág. 1037, nota 6 e Albino Mendes Batista "in" "A nova acção de impugnação do despedimento e a revisão do Cód. Proc. Trabalho", Coimbra Editora, Reimpressão, págs. 73 e 74.

Por conseguinte, não tendo o legislador fixado quaisquer restrições para o início de contagem de tal prazo - mormente restringindo-os aos casos em que o trabalhador haja intervindo na ação ou limitando a suspensão da contagem do prazo de prescrição aos despedimentos assumidos formalmente como tal - é de concluir que foi sua intenção (elemento teleológico) estender o caso julgado mesmo aos casos em que tal intervenção não ocorreu.

5.2 Os prazos de prescrição e de caducidade

O prazo de prescrição de um ano, para fazer valer os créditos emergentes do contrato de trabalho, da sua violação ou cessação [artigo 337.º, 1, do Código do Trabalho (CT)], bem como o prazo de 60 dias que o trabalhador dispõe para intentar a ação de impugnação do despedimento (artigo 387.º, 2), «*contam-se a partir da decisão final transitada em julgado*» - artigo 186.º-R do CPT.

Nesse caso, a data relevante para a contagem dos prazos previstos nos artigos 337.º, 1 e 387.º, 2 do CT, será a do trânsito em julgado da ação que afirma a existência de contrato de trabalho e não, como sucede em geral, a data da ruptura, de facto da relação.

6. O caso específico da extinção da instância por inutilidade superveniente da lide

Entre as causas de extinção da instância encontra-se, ainda, a impossibilidade ou inutilidade superveniente da lide, a qual ocorre quando a relação processual sucumbe por se tornar inútil a decisão final sobre a demanda- art. 277.º, al. e), do CPC.

Nestes casos, «*a relação processual, desprovida de um dos elementos vitais, sucumbe por se tornar impossível, ou porque já é inútil a decisão final sobre a demanda*» - cf. Alberto dos Reis in *Comentário ao Código de Processo Civil, Vol. III, pág. 386, e Rodrigues Bastos (ob. cit.)*.

A jurisprudência dos nossos tribunais superiores já se pronunciou quanto à inutilidade superveniente da lide em duas situações: quando o contrato cessa na pendência da ação e no caso de já haver cessado antes da sua propositura.

No primeiro caso, por acórdão proferido na Rel. Lisboa, de 17-12-2014, Proc. 1332/14.6TTLSB.L1-4 (Filomena Manso), sustentou-se que «*Não consubstancia impossibilidade superveniente da lide o facto da "trabalhadora", já após a acção ter sido instaurada, fazer cessar a relação contratual que mantinha com a "entidade empregadora", uma vez que mantém pertinência apurar a natureza do contrato celebrado durante a sua*

vigência, quer porque daí advêm para a primeira os direitos que a lei confere aos trabalhadores vinculados por um contrato de trabalho, quer porque resulta para a última o dever de cumprimento de obrigações fiscais e contributivas previstas no regime geral dos trabalhadores por conta de outrem».

Já no caso da cessação ter ocorrido antes da propositura da ação, a Relação de Lisboa, por acórdão de 3-12-2014 (Jerónimo Freitas), já citado, decidiu que «Demonstrado documentalmente que o trabalhador e a R., antes da propositura da acção pelo MP, celebraram um acordo por escrito, assinado por ambos, mediante o qual acordaram por termo a relação contratual existente desde 1 de Agosto de 2009, contra a compensação paga ao primeiro no valor de € 15 000,00, que declarou receber, declarando ainda considerar-se integralmente ressarcido dos créditos emergentes da cessação da relação contratual, acrescentando que a veracidade daquele conteúdo foi confirmado por aquele primeiro perante a Senhora Juíza, a questão que persiste é a de saber se neste quadro fará algum sentido prosseguir a acção.(...) Neste contexto, crendo-se, como afirmámos e procurámos demonstrar, que o prosseguimento da acção não conduz a qualquer efeito útil, desde logo relativamente ao trabalhador, é forçoso concluir não existir qualquer necessidade justificada, razoável ou fundada, na manutenção da instância, faltando assim o interesse em agir por parte do Ministério Público e, logo, devendo o réu ser absolvido da instância por falta da verificação desse pressuposto processual inominado, com a conseqüente extinção da instância”.

Bem hajam pela atenção prestada.

Muito grata sou, ao Centro de Estudos Judiciários, pelo convite em partilhar convosco estas notas.

Lisboa (CEJ), 12-06-2015.

Índice

1. Escopo, origem e entrada em vigor
2. Regime legal aplicável e traços estruturantes
 - 2.1. Regime legal aplicável
 - 2.2. Traços estruturantes
 - 2.2.1 Ação declarativa de simples apreciação, de natureza urgente
 - 2.2.2 Natureza (in)oficiosa
3. Pressupostos processuais
 - 3.1 O tribunal competente
 - 3.2 Os sujeitos processuais
 - 3.2.1 O Ministério Público
 - 3.2.2 O "empregador"
 - 3.2.3 O "trabalhador": parte principal ou acessória?
 - 3.3 O patrocínio judiciário
 - 3.4 O interesse em agir: o interesse público
4. O *iter* processual
 - 4.1 A fase inicial
 - 4.2 A fase dos articulados
 - 4.2.1 A falta de contestação: efeito cominatório (semi)pleno
 - 4.3 A fase da audiência de partes e do julgamento
 - 4.4 A decisão
 - 4.5 O recurso
5. Os efeitos e extensão da sentença: o caso julgado e os prazos de prescrição e caducidade
 - 5.1 O caso julgado
 - 5.2 Os prazos de prescrição e de caducidade
6. A extinção da instância por inutilidade superveniente da lide.